FÉ E POLÍTICA OU A DIMENSÃO DO CUIDAR E A RE-SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO PENSAR E AGIR DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO (MLP)[1]

Isabel Allegro de Magalhães

1. *Cuidar* e *espaço público* aparecem-me como dois pontos de energia a atravessar, cruzando-se, o pensamento e a intervenção pública de MLP. Conceptualmente, surgem no seu discurso como dois *topoi* a estruturar ou duas noções-caudal a permear a sua visão política, ao mesmo tempo que se multiplicam e dividem por outras ideias e propostas. São matriciais no seu contributo para a redefinição de uma política que põe em causa as referências habituais.

Em si mesmas, não são palavras novas; pelo contrário, cada uma à sua maneira entra na história das ideias, de modos e com usos diversos; mas não é aqui o lugar para essa arqueologia (que, aliás, foi sendo feita durante este ciclo de conferências). O certo é que, em termos de visão política, MLP introduziu nelas uma força inovadora.

2. Se considerarmos por instantes os inícios, isto é, anos 50, encontramo-nos com o futuro já em potência. Num texto dactilografado, de 1957 – "A responsabilidade cívica do estudante universitário" – dirigido aos católicos da JUC/JUCF, no dia da "Pax Romana", ouvimo-la convocá-los à responsabilidade cívica e social:

> Os estudantes são […], na sociedade "instalada" que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. (17)

---

[1] O presente artigo resulta da junção de dois textos anteriormente publicados e que, com a permissão da autora, aqui utilizamos (nota da coordenação).

MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. *Arquivo MLP*, 0012.012, 15.

> […] cada pessoa é um elemento indispensável do conjunto, o elo duma cadeia que envolve a terra, penetra todos os sectores da vida humana e está presente em todas as concepções e estruturas sociais. (19)

A citação, mesmo com cortes, é longa, mas importante, por ser indicativa do que já nessa década a mobilizava:

> Cabe aos universitários edificar o bem comum. [… e o] contacto individual ou de grupos de estudantes com jovens de outros meios sociais, em particular, com operários é uma faceta importante dessa construção do bem comum. […]
> [o dever cívico] supõe uma visão clara dos factos da realidade social e não a "opinião", sempre flutuante". […]
> É [-lhes] pedido […] o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom senso. […] só com esses elementos se constrói a cidade nova.
> Quando sentirmos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admirarmos e respeitarmos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado para trás o apego às nossas coisas […] só porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam, sofrem e amam como nós, quando o bem comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos [e], quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuirmos concreta e eficazmente para o bem de todos os homens como o sentimos em relação aos que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica [ter-se-á] verdadeiramente alargado às dimensões do mundo.[2]

O grande objectivo aqui apresentado é o "bem comum" – expressão que ecoa uma formulação cristã, acentuada ainda (mais adiante no texto) pela metáfora paulina do "corpo místico". Com isso MLP apela a uma consciência cívica que implique os cristãos como "um só corpo", numa igualdade. Apela à sua vigilância sobre os direitos fundamentais e ao respeito pela diversidade humana no mundo (e joga-se aqui o valor que o cristianismo veio atribuir à dignidade da pessoa humana). Define pois um imperativo social, já com o sentido da responsabilidade perante o mundo – com rigor e empenhamento e não com "opiniões" nem – dirá mais tarde – "com o *zapping* como método de observação dos factos"[3]. Em 1985, ouvimos-lhe um quase aforismo imperativo: "*A grande empresa é mudar a vida*[4]" – que supõe, tal como o disse em 57: a "loucura de fazer coisas para além do bem senso". No entanto, ainda não há aqui qualquer

---

[2] MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. *Arquivo MLP*, 0012.012, 19.

[3] MLP. "Femmes et hommes au pouvoir". Paris, 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

[4] MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref. Porto: Afrontamento, 1985, 18.

explícita intenção política: contexto católico, tempo da ditadura, MLP tinha 27 anos. Outras etapas se seguirão e com elas novos contornos e razões. Lembro aqui apenas três dos marcos que sobressaem no seu percurso de pensamento.

Nos anos 60, o conceito de *noosfera,* proposto por Teilhard de Chardin, virá dar razão de ser antropológico-científica ao que antes para MLP tinha sobretudo a marca de uma visão teológica. Visto pelo cientista, e também jesuíta, Teilhard, o fenómeno humano é uma das muitas camadas de vida no Universo, a partir da qual cada pessoa fará, depois, o processo de uma individuação. Aqui fundará MLP o seu entendimento de uma solidariedade a nível ontológico, a ligar os seres humanos à volta da Terra. Solidários, porque cada pessoa será sempre um "*eu-com-outros-no-mundo*" – a formulação é de Merleau-Ponty, e ML apreciava-a.

À volta dos anos 70-80, o aprofundamento da noção de sujeito, trazida pelos físicos Niels Bohr, Heisenberg, pelo filósofo Paul Ricoeur, como a própria MLP o declara, veio dar ainda mais relevo à ideia da pessoa enquanto sujeito do desenvolvimento, da política, enfim, sujeito da sua própria História.

Nos anos 80-90, a visão que Hans Jonas e também Emmanuel Levinas, de pontos de vista naturalmente diversos, conferiram à noção de "responsabilidade" – dando-lhe o estatuto de dimensão primeira, ontologicamente fundante do sujeito e anterior à própria liberdade – virá adensar, na visão política de MLP, o dever primeiro de solidariedade entre os humanos. Por isso já nos anos 90, quando equaciona o cuidado como fulcro da política, nós podemos, olhando para trás, ver desenhada essa linha funda de continuidade nos grandes objectivos.

Quanto ao relevo desses objectivos, comentava Eduardo Prado Coelho:

> […] não é apenas a Política, a Democracia ou a Modernidade que estão em jogo neste jogo, mas o porquê do jogo, que passa pela […] sobrevivência da espécie humana. O que não é pouco.[5]

Dos anos 50 a 74, MLP estará em Portugal, no quadro do Graal, em equipas interdisciplinares ou não, com outras pessoas do Graal, e não só, empenhada em criar contextos de conscientização política, com universitários, rurais e suburbanos (pedagogia de Paulo Freire para a alfabetização-politização). E no contexto do Graal também treina jovens pro-

---

[5] Eduardo Prado Coelho. "Prefácio". MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref. Porto: Afrontamento, 1985, III.

fissionais em "análise crítica da sociedade", lidera debates (quase à porta fechada) sobre alternativas para o país, cenários para o desenvolvimento, reflecte com grupos de mulheres a imagem do feminino nos *media*, e muito mais. O objectivo era já o de criar consciência crítica nas populações, ou seja: a ideia de cidadania já aqui em potência.

MLP está já em vários fóruns internacionais, alguns por ter aceitado, em 69, funções dentro do regime – Câmara Corporativa e representação do país na ONU – votando vencida na primeira e apresentando em NY uma visão totalmente descoincidente com a oficial – pelo que lhe foi retirada confiança política e função.

Acreditava então na possibilidade duma mudança por dentro, de mentalidades e estruturas, para atingir uma (muito improvável) transição de regime – que só chegou naquele Abril, de 74, (quase) como revolução.

Todos esses empenhamentos e o pensamento que foi elaborando abriram caminho para uma radical visão política que, nos anos 90, haveria de materializar-se no cuidado como matriz da política e numa concepção forte de espaço público com dimensão política.

3. Toda a intervenção política de MLP, mesmo sem usar da designação, incide na *res publica* e precisamente no "espaço público". Este foi tendo diferentes conteúdos e funções, de acordo com as sociedades que o pensaram: da *ágora* grega, à esfera pública moderna de Habermas, ao espaço das aparências debatido por Hannah Arendt, a tantos outros – passando do simples lugar físico, à dimensão política e económica, à simbólica, e por aí fora, em todos os casos, porém, sempre aquém duma cidadania efectiva.

Nos anos 60-70, a intenção de MLP era, como vimos antes, a de conscientizar e politizar, para que no país se fosse criando *massa crítica* (no sentido de Karl Marx), capaz de mudar o estado das coisas.

Depois de 74, MLP conceberá uma democracia participativa em expansão, através duma cidadania substantiva de todos, com o propósito de "revitalizar o tecido social" e de "criar uma sociedade multipolar".

O exercício da cidadania é para si inerente à política: "a política é de todos e de todos os dias", diz, e o espaço público é lugar de convergência de múltiplas perspectivas, onde por excelência "o ser humano emerge como sujeito, como povo e não multidão anónima, envolvendo-se na construção da cidade e (cita agora Paulo Freire) *acrescentando o mundo que não fez*"[6]. Daí que a cidadania lhe apareça simultaneamente como

[6] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 7.

um direito, inalienável, de cada pessoa, mas também como um dever, pela responsabilidade de cada um, enquanto sujeito perante o mundo. Aliás, ecoando o oitocentista Cardeal Newman e também a Simone Weil, MLP será apologista duma futura "Carta de Direitos" que, lado a lado, inscreva direitos e responsabilidades dos cidadãos, como teve oportunidade de defender internacionalmente.

Para MLP, o espaço público é um espaço da política, porque nele se exercem as vozes cidadãs, participantes de direito na decisão política e com função de permanente avaliação do poder – o contrário da sociedade anónima, massificada, à margem da política ou duma "opinião pública" sem dimensão e eficácia política.

A comum assimetria Estado / cidadãos merecerá a sua denúncia (1983 ONU, Paris), por aí se revelar "o impoder do poder e o poder dos não-poderosos"[7]. E ao carácter "críptico, autoritário, excluente" do poder vem contrapor "uma racionalidade operacional e o cuidado pelo outro"[8]. A secundarização das mulheres, dos grupos marginais ao tecido social, dos múltiplos actores sociais são situações por si criticadas como manifestações de um défice democrático que importa eliminar. Isso a fará insistir na importância da cidadania como o pilar mais forte da democracia, dizendo em 1975 em Paris, Ministra então dos Assuntos Sociais:

> Vejo cada vez menos o poder concentrado no topo da pirâmide política. Vejo-o onde as relações se estabelecem, onde se criam novos modelos de existir em sociedade, onde se rompe o individualismo que nos aprisiona num beco sem saída. Vejo o poder onde a imaginação para inventar o desejável se liberta, onde se ultrapassa a competição desenfreada, onde no real se faz o possível.[9]

Justamente em ordem a contribuir para um espaço público politicamente mais eficaz em Portugal, lançou nos anos 80 um movimento de cidadãos: Movimento para o Aprofundamento da Democracia (o MAD).

No mesmo sentido advogará que ONGs e movimentos sociais (de par com sindicatos e associações patronais) sejam assumidos pelo Estado como "parceiros sociais" de pleno direito, convocados – conforme as matérias sobre a mesa – a tomar parte nas decisões públicas, vendo neles a expressão de um poder real no espaço público.

---

[7] MLP. "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". ONU (?), 1983. *Arquivo MLP* 0210.025, 1.

[8] MLP. "Femmes et hommes au pouvoir". Paris 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

[9] MLP. "Journées internationales à Paris". Paris 1975. *Arquivos*, 0013.038, 2.

Em 93 em Paris, descreve o "vazio da democracia representativa" por ela ter "a classe política inscrita no corpo social na posição inversa ao que devia ser"[10].

Nos anos 90 em Lovaina acusará a Comissão Europeia, da "falta de acesso à igualdade entre cidadãos e classe política, para a construção europeia"[11], tal como em Lisboa voltará do avesso a linha neo-liberal dominante, com a proposta de "um novo modelo de globalização [que se estruture] a partir da base"[12], apontando a uma cidadania não apenas local, mas global.

No entanto, sabe bem que para haver cidadania é preciso que os cidadãos tenham os seus direitos garantidos.

4. Para que haja esse espaço público dinâmico[13], MLP dá particular ênfase aos direitos das mulheres, denunciando a sua gritante desigualdade como uma das graves violações dos direitos humanos. Incita à igualdade de homens/mulheres perante leis e oportunidades (e mais tarde à paridade[14]). A sinalizar o seu empenhamento está, por ex., a presidência que assumiu em 1973 da primeira Comissão oficial portuguesa para a "Política Social Relativa à Mulher".

Convicta de que não há *espaço público* democrático sem a participação das mulheres em todas as instâncias e decisões da vida pública, aponta internacionalmente – na UNESCO, ONU[15], ECOSOC-N.Y., em Copenhague, Paris, etc. – dos anos 70 a 2000, o escandaloso défice da sua participação a todos os níveis, revelador de democracias "de baixa intensidade" – a expressão é de Boaventura Sousa Santos. Por exemplo, em 1978 – era embaixadora na UNESCO –, em reunião da Organização para análise do "Relatório" sobre "medidas para melhorar as […] condições [das mulheres]", critica a própria UNESCO, por não se abrir à participação das mulheres, apontando um método de investigação participativo,

---

[10] MLP. "Emergence du féminin et démocratisation du politique". Paris (?). *Arquivo MLP*, 0210.02, 9.

[11] MLP. "Égalité – Identité". Louvain, 1992. *Arquivo MLP*, 1226.915,1.

[12] MLP. "As ONGs num contexto de globalização" Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1998. *Arquiv MLP*, 0191.002.

[13] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11-17.

[14] MLP. "La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?". Lisbonne/Paris. In *Arquivo MLP*,0211.019.

[15] MLP. "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". UNESCO (?), 1983. *Arquivo MLP*, 0210.025, 8.

porque "ninguém pode falar em nome das mulheres". E não só pela sua força numérica, mas pela diferença qualitativa que a sua presença pode significar.[16]

MLP apercebe uma afinidade entre os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais (operário, de libertação, de estudantes[17]) por neles reconhecer um potencial de mudança[18] e di-lo, por exemplo, em 76 em Paris:

> as mulheres, como todos os oprimidos, ligarão a sua opressão à de todos os outros, para mudarem a sociedade".[19]

Acredita que a experiência de uma marginalidade específica[20] constitui nas mulheres um património milenar, potencialmente subversivo e inovador, a "enriquecer o imaginário colectivo"[21]. Daí que entenda a participação cívico-política das mulheres como possibilidade de alterar a marca patriarcal da cultura política dominante, dirá nos anos 80 em Paris. Mas teme que a igualdade tome o masculino como norma e, "ao visar a termo a uniformização total da espécie humana, põe em causa a sua diversidade"[22]. Por isso, e para todos os conjuntos sociais, exige – repito – uma igualdade na diferenciação[23].

Enquanto transversais a todas as outras, as questões das mulheres são consideradas por MLP essenciais para a mudança da política. Ocuparam-na ao longo da vida, intelectual e politicamente, e sobre elas escreveu muitos ensaios e proferiu conferências, em Portugal e noutros países.

---

[16] MLP. "Contribution de l'UNESCO a l'amélioration de la condition des femmes". Paris, 1978. In *Arquivo,* 9229.038, 4-6.

[17] MLP. ECOSOC. NY, ONU, 1972. *Arquivo MLP*, 0026.016,2.

[18] MLP. ECOSOC. NY, ONU, 1972. *Arquivo MLP*, 0026.016,3.

[19] MLP. "Partisans ou suivantes – ou les femmes dans le processus révolucionaire portugais". Paris, 1976. *Arquivo MLP,* 0044.006,14; "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". UNESCO

[?], 1983, *Arquivo MLP*, 0210.025, 7: "os grupos marginais dissidentes deixam a subjectividade falar".

[20] Mereceu adesão de MLP a conhecida designação de Edgar Morin em relação às mulheres: uma *classe bio-social*, o que mereceu adesão de MLP.

[21] MLP. "Égalité – Identité". Louvain, 1992. *Arquivo MLP*, 1226.915, 2.

[22] MLP. "Pluralité (diversité) et égalité", 1992 (?). *Arquivo*: 0210.020.

[23] MLP afirma uma diferença palpável em modos de intersubjectividade, relação à natureza, ao saber, às emoções; nos processos cognitivos e modos de apreensão do real, na palavra, resultantes de processos de individuação próprios. Cfr. o seu texto: "Pluralité […]", 15-17.

5. Ao pensar o desenvolvimento, MLP articulava-o também com a democracia, dizendo que na Europa em particular eles são "dois termos duma mesma equação" ou "dois eixos da mesma realidade" [24]. Por um lado, porque o desenvolvimento vai fazendo surgir a necessidade de garantir novos direitos; por outro, infere-se do seu discurso, porque nos países mais industrializados, a sociedade civil se foi tornando cada vez alienada das decisões políticas, reduzida a um silêncio sem perguntas ou a uma indignação sem voz, permitindo que o desenvolvimento crescesse em direcções sobre as quais os cidadãos não eram ouvidos nem achados. E assim o desenvolvimento foi acontecendo sem que as necessidades e vulnerabilidades das pessoas concretas estivessem no centro das preocupações.

Várias vezes MLP chamará a atenção internacional para a ausência de um "trabalho de pensamento sobre o que significa desenvolvimento para a Europa"[25], por o conceito, para os europeus, dizer respeito aos outros povos: aos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Desde os anos 70 que MLP vinha criticando o modelo corrente de desenvolvimento: mostrará nos anos 80-90 como a "nova ordem mundial" nada resolveu, ao apenas "alargar o […] modelo dos países industrializados a todas as sociedades", reproduzindo assim em todo o mundo as mesmas formas esgotadas de viver e de trabalhar; mais tarde desmontará também as falhas existentes no próprio desenvolvimento designado como "sustentável", por ele não sustentar (ainda?) nem a vida da maioria das pessoas nem a própria Terra.

Nos anos 90 apontará então uma situação já extrema, que é a de um economicismo desenfreado, sem parâmetros sociais, selvagem, imoral até, por poucos beneficiarem dele, que deixa a maioria na "crueldade da sobrevivência" – expressão do General Obasanjo, da Nigéria – e exaustos os recursos comuns da Terra. Mas tantas foram as suas iniciativas a este respeito que não é possível aqui sequer enumerá-las.

No início dos anos 90, MLP foi convidada a presidir a uma "Comissão Independente para as Questões da População", paralela a essa outra que a ONU organiza em 1994, no Cairo, sobre "População e Desenvolvimento". E aí MLP terá ocasião privilegiada (com a Comissão que para esse trabalho formou) para conceber e apresentar ao mundo uma orientação política inaugural e radical.

---

[24] MLP. *Dimensões da Mudança,* 36-37.

[25] MLP. *Dimensões da Mudança,* 36.

Constituída por pessoas com quem MLP partilhava visão e critérios, esta Comissão apercebeu-se imediatamente de que a questão da população só poderia pensar-se quando articulada com outras esferas da realidade. E após três anos de trabalho, a sua visão inicial será confirmada (em uníssono com outras vozes críticas em todo o mundo): a humanidade está em risco, podendo a Terra não suportar mais a carga das nossas actividades e desperdícios.

Perante essa realidade, a Comissão declara que as perspectivas de um crescimento económico ilimitado acabaram; que a humanidade se encontra diante de um espaço a fechar-se.

Tal como MLP o enunciara já, a Comissão afirma agora que é imperiosa uma viragem que coloque as pessoas concretas e a natureza no centro da concepção de desenvolvimento e de todas as políticas. Propõe a promoção da qualidade de vida para todos, em todas as sociedades como prioridade política absoluta. E ao falar de "qualidade de vida" para todos, implica sobretudo os que, em todo o mundo, vivem abaixo do nível do limiar da pobreza. Mais: não diz respeito apenas ao presente do mundo, mas ao seu futuro. O mundo é aqui pensado (como em Hannah Arendt) enquanto lugar de todos – os de ontem, hoje e amanhã; como algo que partilhamos mas que nos transcende e pelo qual somos responsáveis.

"Qualidade de vida" surge aqui como um novo conceito a substituir o de desenvolvimento, a exigir "um conjunto articulado de direitos e deveres [bem como] um objectivo claro para os decisores políticos e os elementos dinâmicos da sociedade civil[26]". Trata-se pois duma nova atitude política, para governos e cidadãos, e que supõe – dirá MLP – a "capacidade do *cuidado* pelo outro, que a humanidade pode desenvolver".

Aqui, na linha de Carol Gilligan e outras feministas[27], MLP desterritorializa a palavra *cuidado* da sua habitual referência à esfera do privado e das mulheres. E assentá-la-á na noção de *Sorge* (cuidado) de Heidegger – que lhe dá o estatuto de componente determinante do sujeito e sua consciência do estar-no-mundo, o *Dasein* (traduzido para português, pela filosofia, como "Ser-aí").

---

[26] Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. "Pref." MLP. *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver Melhor*. Trad. a várias mãos e revista por MLP. Lisboa: Inova, 1998, X.

[27] Cfr.: Mary Jeanne Larrabee (Ed.). *An Ethic of Care. Feminist and Interdisciplinary Perspectives*. NY/London: Routledge, 1993.

MLP tornará a conjugação do verbo cuidar – sempre no presente do indicativo (e nunca no condicional) – a primordial exigência da acção política. Mais: fará da acção de cuidar a responsabilidade central de toda a política: governação articulada com a cidadania no espaço público. O objectivo é o de instaurar uma nova ética, que designa agora como ética do cuidado.

Mas o que implica então uma política guiada pelo *cuidar*?

MLP define-o em sucessivas intervenções, durante os anos de trabalho da Comissão e nos que se lhe seguiram. Cito parcelarmente:

Cuidar é uma das componentes do ser e supõe prestar atenção numa intensidade do ver – e Alberto Caeiro, Sophia de Mello Breyner, Simone Weil, são neste contexto por si convocados. É que não há cuidado sem atenção. A capacidade de cuidar, pervertida pelo individualismo e neo-liberalismo, gira sobre a noção de responsabilidade pela vida do outro, de todos os outros, mais que sobre direitos e regras; e exprime-se por atitudes, não por princípios. E para isso o pensamento de Heidegger, de Hans Jonas, Paul Ricoeur, Emmanuel Levinas, Hannah Arendt, entre outros, ser-lhe-á de maneiras diversas inspirador.

Invalida os verbos políticos habituais: "organizar, planear, gerir, prever"[28], substituindo-os por novas formas de equacionar os problemas e de formular as políticas públicas a longo prazo, imaginando e construindo cenários possíveis em vez de fazer decorrer o futuro linearmente do presente.

Será a capacidade de cuidar na humanidade que pode permitir um novo equilíbrio ser humano/natureza, a integridade da natureza, a redefinição do equilíbrio industrial, que faz rever a actual equação produção / consumo.

E fará notar que só a solicitude e o cuidado, que excedem a justiça, possibilitam a vontade de criar condições viáveis para a qualidade de vida de todos.

Nesta linha, convocará em 92, em Lovaina, à "construção política de uma Europa da generosidade, capaz de abraçar os acontecimentos contemporâneos, enquanto parceira sólida dos povos de outros continentes"[29]. Em 2000 em Lisboa, ouvi-la-emos afirmar:

> Enquanto o mundo e cada estado deixarem uma parte dos cidadãos na impossibilidade de um mínimo de qualidade de vida, está em causa a ética da acção política. A

[28] *Arquivo MLP,* 0210.002, 2004 e Arquivos MLP, 0210.001.

[29] MLP. "Égalité – Identité". Louvain, 1992. *Arquivo MLP*, 1226.915,11.

> dignidade humana do todo social não comporta hiatos, o que o economista Amartya Sen, prémio Nobel, afirma com clareza.
> Afirmá-lo não é apenas um problema de orientação social, fruto da compaixão. É […] fruto da ciência que aí está em causa – a economia – e da própria compreensão das ciências e da vida em sociedade. O que é necessário tem de ser viável.[30]

O Relatório *Cuidar o Futuro* expõe múltiplas linhas programáticas para essa nova política. Apenas alguns pontos, que implicam a total revisão das políticas correntes:

- substituir a quantidade por qualidade, de bens e de serviços: fazer mais com menos, sob pena de o planeta não ter condições de sobrevivência para as gerações futuras[31];
- abrir à participação dos cidadãos as decisões e o controlo do seu cumprimento;
- introduzir a variável ambiente, que põe em causa o fundamento de todas as iniciativas;
- reconhecer que ciência e tecnologia não são neutras: nem tudo o que é viável é socialmente aceitável[32];
- instaurar mecanismos políticos de regulação do poder económico e financeiro (1999, Paris[33]);
- utilizar os instrumentos conceptuais do nosso tempo[34]. Etc.

Aqui, olhando de novo para os inícios, vemos incorporada uma visão e uma energia que vêm de trás e se intensificam agora aqui: nesse investimento no cuidar dum espaço público forte, capaz de se fazer ouvir e de tornar-se ele próprio espaço de cuidado das pessoas, do mundo, da natureza, ou seja: o cuidar como matriz política.

6. Já depois de ter sido Secretária de Estado e entre várias outras funções de destaque, MLP foi ainda Ministra, Primeira-Ministra, Embaixa-

---

[30] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 17.

[31] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 19. Falará ainda, em 1999, em Paris (*Arquivo MLP*, 0196.007), da necessidade de se pôr em prática os instrumentos jurídicos internacionais; de praticar a igualdade entre povos e pessoas, com uma partilha entre nações; de promover a universalidade e não a uniformidade; de redefinir o trabalho em termos duma sociedade activa, etc.

[32] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 4.

[33] MLP. "Femmes et hommes au pouvoir. Rapport."Paris, Centre Internationl de Conférences, 1999. *Arquivo MLP*, 0196.007.

[34] MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. *Arquivo MLP*, 0209.026, 11.

dora à UNESCO. E ao reflectir sobre as suas funções políticas, escrevia em 1984, para a revista *Communio*, a sua forma de ver a articulação por si vivida entre a sua visão cristã e o seu empenhamento político:

> Aceitei exercer funções políticas desde 1969. Fi-lo como cristã que sou, na exigência de uma convicção que tem necessariamente a ver com a presença de Jesus Cristo na minha vida e na sequência de um empenhamento social e cultural que teve a sua origem nos movimentos eclesiais em que tenho vivido, de forma directa, a minha pertença de Igreja – a JUCF, a Pax Romana, o Graal.
>
> (MLP: 1984, 300-03)

O que julgo ser singular, e forte, no posicionamento da Maria de Lourdes como mulher cristã e política, são os nexos que a par e passo foi estabelecendo entre a sua visão cristã, a sua expressa adesão a Jesus Cristo e o seu empenhamento social, cultural e político: uma articulação substancialmente pensada e repensada, vivida e partilhada, dita e escrita.

Encontrei pela primeira vez MLP no contexto do primeiro grupo do Graal em Portugal, no ano da minha entrada para a Universidade, em 1959 (era eu militante da JUCF). E vi então, e ainda hoje vejo, o Graal – um dinamismo espiritual partilhado por mulheres de todo o mundo, reunidas para a transformação da Terra num espaço melhor para todos – como um modo de ser-igreja, pela pertença a uma "tribo", ou "morada" como diria Teresa de Ávila, de entre as muitas outras tribos ou moradas que existem na Igreja.

Ora foi seguramente por um entendimento assim da implicação do cristianismo na História, da Igreja no Mundo, que o Graal surgiu na vida de Maria de Lourdes Pintasilgo como a sua grande escolha.

Lembro-me de haver entre nós e com muitas outras pessoas, desde o início, um sério estudo e reflexão bíblicos, teológicos, litúrgicos, e em simultâneo a análise crítica das situações, dos problemas, dos acontecimentos da sociedade e do mundo e das brechas aí existente para uma mudança. Assim se enraizavam os compromissos que no Graal conjuntamente assumíamos, nacional e internacionalmente. O papel da MLP ia de par com o da Teresa Santa Clara: ambos fulcrais, na visão das coisas e do mundo, e sua realização concreta.

Não foi por acaso que, entre os primeiros textos teológicos lidos e estudados, estavam os do teólogo dominicano Yves Congar, com a sua fundamental e fundamentada "teologia do laicado", porque em Congar estão já em gérmen os ingredientes teológicos da relação Fé/História, Igreja/Mundo.

7. Nos anos 50, e perante o lugar insignificante conferido aos leigos pelo direito canónico, Congar vem afirmar a necessidade de repensar totalmente a eclesiologia, de modo a poder constituir-se um pensamento teológico sério sobre o papel dos leigos na igreja e no mundo. Entre muitas outras coisas, acentua a dimensão comunitária da Igreja, tão débil se contrastada com a sua dimensão hierárquica. Dá relevo à "função activa dos leigos na História e no Mundo, no sentido de os encaminharem – à História e ao Mundo – para Deus em Cristo", agindo a sua fé no sentido de uma criação de "estruturas justas" que tornem a vida humana mais digna (CONGAR, *Jalons pour une théologie du laïcat.* 2.ª ed. Paris: 1962). Situa a diferença entre cristãos e não-cristãos na actuação sobre o mundo apenas na *intenção* com que o fazem e na *significação* que conferem ao trabalho temporal ou político. Nisso, diz, manifesta-se o fim último que constitui o Horizonte de Sentido para os cristãos, o *escathon*. Para assim poder ser há que ter "a consciência" habitada por um ideal puro e exigente, condição de onde advêm, naturalmente, outras regras para a acção (CONGAR, *Sacerdoce et lacaït […]*, Paris: 1962).

Nas décadas seguintes, estas ideias fundadoras da responsabilidade dos cristãos pelo mundo foram desenvolvidas e aprofundadas quer pela Teologia das Realidades Terrestres (com Yves Congar e Schillebeckx em especial), pela Teologia da Esperança (em particular com Jürgen Moltman) e as Teologias Políticas (especialmente com J.-B. Metz), além do filão mais radicalizado, das Teologias da Libertação, na América-Latina (com Gustavo Gutiérrez entre tantos outros), depois com força também noutros continentes, quer por Cartas Pastorais-Encíclicas como *Pacem in terris, Populorum Progressio*, pela Constituição conciliar *Gaudium et Spes*, e por algumas das mais recentes Encíclicas de João Paulo II, por exemplo, em *Sollicitudo rei socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991).

Por um lado, Schillebeeckx, teólogo belga, formula a sugestiva ideia de uma fé *intra-mundana*, prolongando o que Congar já apontara: que não há duas histórias, uma natural e outra sobrenatural, mas antes a vivência de uma mesma História à qual a fé confere um Horizonte de transcendência. Schillebeeckx diz ainda que o *eschaton* traz um impulso mais forte para a edificação do mundo e a promoção de todos os povos, impelindo à realização de um futuro melhor"[35]. Moltmann, teólogo ale-

[35] E. Schillebeeckx, citado por Battista Mondin, *Teologias do nosso Tempo.* Lisboa: Edições Paulistas, 1977, 99. Devo esta e outras citações que aqui incluo ao estudo de Maria Carlos Semedo Ramos, sobre o pensamento teológico de Maria de Lourdes Pintasilgo, inti-

mão, pensador da chamada Teologia da Esperança, acentua a mesma ideia, utilizando outras formulações (MOLTMANN: 1968; Teologia da Esperança. São Paulo: 1971).

Por outro lado, a *Populorum progressio* vem chamar a atenção dos cristãos para a sua responsabilidade na "destinação universal dos bens", lembrando "os efeitos nefastos" de um "imperialismo internacional do dinheiro", apelando por isso à consciência de que "a economia [tem de estar] ao serviço do homem" (*PP*, 22: I c. e 27). O que é curioso e também triste é que raramente se ouve o discurso eclesiástico chamar a devida atenção para afirmações como estas, presentes em textos que emanam do Vaticano. Nem bispos nem padres os citam com a insistência necessária, nas homilias ou em intervenções com o propósito de incitar à responsabilidade sócio-política dos cristãos.

Todo este pensamento vem acentuar a responsabilidade dos leigos na transformação social e cultural do mundo, contribuindo para que o horizonte de Significação, trazido por Jesus Cristo, penetre a História de dimensões mais humanas, mais éticas, mais solidárias.

8. Maria de Lourdes Pintasilgo estudou seriamente estes e muitos outros textos que aprofundavam a exigência ética na intervenção dos cristãos na História, incorporou-os na formulação do seu próprio pensamento, cada vez mais empenhado e muitas vezes situado exactamente na vanguarda – como o do próprio Congar – do pensamento teológico da Igreja. Isso é visível no conjunto de textos que escreve nos anos 1960-1970, reunidos por si em 1980 sob o título de um deles: *Imaginar a Igreja.*

Aí inscreve sucessivos apelos para que a Igreja permaneça atenta aos *sinais dos tempos* – expressão consagrada desde a *Gaudium et spes*. Dá atenção especial à Teologia da Esperança e às teologias políticas, por acentuarem a esperança como "imperativo categórico" para a luta pela transformação da vida colectiva por parte dos cristãos. Ouvimo-la dizer que Teologia Política "convida os homens a ser-em-comunidade, a construírem juntos o projecto da sua existência […]":

> E mesmo nas situações de aparente impasse, essa responsabilidade levará a cantar o canto de esperança no mundo que há-de vir e que está misteriosamente entre nós. Para tanto aí está a nossa vida. Não diz o poeta:"Cantar / é empurrar o tempo ao encontro das cidades futuras /fique embora mais curta a nossa vida'?"

---

tulado "Possíveis de uma teologia em escritos de Maria de Lourdes Pintasilgo: fragmentos". In *Ex-Aequo – Revista de Estudos sobre as Mulheres*.

(MLP: 1980, 83-84)

Aponta ainda à ideia de que a esperança escatológica incita à prática transformadora das sociedades, já que ela

> […] mostra o possível e mutável no mundo como algo sem sentido em si mesmo, e a missão prática executa aquilo que agora está em possibilidade. A teoria da *praxis* transformadora do mundo […] procura […] possibilidades neste mundo que se orientam para o futuro prometido.
>
> (MLP: 1980, 343).

Vamos assistindo ao florescimento da mesma ideia de fazer o futuro habitar o presente, a propósito do inusitado acto de esperança do profeta Jeremias que, com Jerusalém sitiada pelo exército da Babilónia e depois de ter sido preso por anunciar a Palavra de Deus, ouve a voz divina dizer-lhe: *compra um campo*. O final desse texto de MLP, a comentar o texto de Jeremias, é um claro desafio ao gesto individual e ao imperativo colectivo para dar corpo à esperança. Depois de publicado em França, esse seu texto foi acolhido no seu livro *Dimensões da Mudança*:

> A subversão é possível porque um outro processo está em curso. Tudo é possível porque "libertarei os cativos", diz o Senhor. […] Se o profeta de há mais de 2 mil anos encontrou o gesto que reproduzia a esperança, não seremos nós também capazes de fazer a acção concreta, de ter a atitude audaz que, no seio da "cidade desfigurada", diga a confiança ilimitada? Seremos capazes. É preciso comprar um campo. E então a "esperança reproduz-se.
>
> (MLP: 1980, 11)

Ora nessa praxis social e política, escreve nos anos 70 no Boletim do Graal *Igreja em Diálogo* (editado por Teresa Santa Clara) e di-lo-á sempre depois, defendendo à *outrance* a ideia de que a Igreja

> [tem de] respeita[r] o princípio de incerteza justificador da coexistência de soluções técnicas diversas; [tem de] reconhece[r] um pluralismo político, [porque] a Fé não fundamenta uma opção política particular nem poderá encontrar-se no Evangelho a justificação de uma prática concreta.

E no texto já mencionado, publicado na revista *Communio,* diz ainda:

> É claro que esta unidade comporta um pluralismo de opiniões e de opções políticas. O que escrevi, em 1970 no boletim *Igreja em Diálogo*, do Graal, explicita […] o que a experiência do exercício do poder político viria a confirmar: "Não parece correcto

> falar-se hoje de 'posição da Igreja' em matéria política. Aqui, como em outros sectores da actividade humana".
>
> (MLP: 1984, 303)

No final dos anos de 1970, a conjuntura histórica em Portugal irá propiciar a MLP um envolvimento mais directo e radical na vida política do país e depois também na vida política internacional.

Durante os anos de prática governativa e depois dela ouvimo-la falar com clareza e com firmeza do significado e da exigência que atribuiu a essa forma de envolvimento. A citação é longa mas permite sem dúvida esclarecer melhor a sua perspectiva:

> Reconheço que o meu código ético-político, modelado pela vivência cristã, diverge em muitos aspectos dos códigos e práticas políticas dominantes. O essencial dessa diferença situa-se, a meu ver, e cada vez com mais nitidez, no facto de que, na conduta política, não abdico de nenhum dos valores que me guiam enquanto pessoa. O que reafirmo aqui é que a Fé se inscreve no tecido histórico-cultural em que nos movemos. A minha experiência política e, em particular, a da chefia do Governo, levou-me a experimentar de novo – e como que em situação-limite – que a Fé em Jesus Cristo se aprofunda através das experiências humanas que vamos vivendo.
>
> Neste contexto, fui levada a reconhecer com mais profundidade e agudeza, que a Fé, embora não se esgote na moral, cria em nós uma ética própria, à medida que, tomados pela moção do Espírito e pela leitura atenta dos sinais dos tempos, vamos caminhando para uma maior integração de toda a nossa existência.
>
> (MLP: 1984, 300)

Nessa altura, no início dos anos 80, pareceria que a visão da missão dos leigos, no mundo em geral e na política em particular, deveria estar já assimilada pelas comunidades cristãs e pela hierarquia da Igreja, pelo menos devido às tão claras orientações pastorais de várias das Encíclicas Sociais e dos próprios Textos Conciliares.

É por isso de estranhar a rejeição dos conteúdos do "Programa de Governo" apresentado pela então Primeira-Ministra Maria de Lourdes Pintasilgo em 1979, na Assembleia da República. Essa rejeição tanto surge de várias esferas da sociedade portuguesa, por exemplo de um partido que se pertencia à Democracia Cristã europeia, como também, e com toda a força e convicção, por parte de diversos sectores da Igreja quer da hierarquia e quer das múltiplas comunidades.

Mais tarde, MLP ao reflectir com mais distância sobre essas reacções, explicá-las-á pela ausência de um entendimento sério da teologia do lai-

cado (já formulada desde os anos 50 e que a Igreja em Portugal praticamente desconhece) bem como de uma total incompreensão do significado da acção política para os cristãos. Escreverá então o seguinte:

> É certo que houve casos isolados de católicos que, talvez por terem pouca experiência das exigências postas no domínio da acção política pelo espírito conciliar e pelas grandes encíclicas *Pacem in terris* ou *Populorum Progressio*, não exprimiram qualquer apoio ou até se deixaram conduzir pela imprensa de propaganda ideológica. O que me preocupa, na vida da Igreja do nosso país, não é a dor que pode causar a qualquer católico em funções governativas o alheamento e às vezes a hostilidade que venho a encontrar em certos cristãos. O que me preocupa é que haja comunidades cristãs impedidas de compreender o que significa para a missão da Igreja no mundo o exercício do poder político por um de nós. E que dêem contra-sinal da unidade necessária 'para que o mundo acredite'.
>
> (MLP: 1984, 303)

O que é inteiramente inesperado é o facto de os pontos do seu "Programa" de Governo, que tanta suspeita mereceram, serem tão completamente coincidentes com vários dos enunciados por exemplo na *Gaudium et sp*es – um texto conciliar na realidade quase nunca estudado nem lido na Igreja em Portugal, nas décadas que se seguiram ao Concílio Vaticano II. O articulado do seu Programa de Governo inclui pontos como estes:

> A afirmação das liberdades vai de par, em democracia, com a prioridade atribuída à satisfação das necessidades básicas de cada povo. No contexto português, tal prioridade é claramente afirmada pela Constituição, em termos de resposta aos direitos fundamentais dos cidadãos. A consciência desses direitos conduzirá toda a acção do actual Governo, exigindo que a política de produção de riqueza e a sua distribuição sejam subordinadas à satisfação das necessidades que condicionam o dia a dia da vida nacional.
>
> Em termos práticos, isso significa que o Governo procurará minorar o fosso existente entre a camada da população que detém um poder de compra elevado, e as largas franjas que não chegam sequer a aceder aos níveis mínimos de subsistência. Entender-se-á assim, facilmente, que a alimentação, a saúde, a habitação, a educação, e a segurança social constituam o conjunto de necessidades básicas que merecerão, deste Governo, todo o esforço que a sua curta duração lhe permitir.
>
> (MLP: 1979)

Perguntar-se-á então o que há aqui que pudesse ser entendido como "contrário" às prioridades do Evangelho?

Vejamos então a clara sintonia entre esses pontos e alguns dos parágrafos da *Gaudium et Spes,* onde lemos o seguinte:

> […] aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis. É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito à educação, ao trabalho […]. A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário; foi o próprio Senhor quem o insinuou ao dizer que o sábado fora feito para o homem, não o homem para o sábado.
>
> […]
>
> direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à protecção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa […].
>
> (G & S: 1965, & 26)

Significativamente, a coincidência aqui é quase literal. Mas bastaria até ler com atenção e espírito aberto o que está escrito em vários dos textos evangélicos, para imediatamente nos apercebermos dessa mesma coincidência.

Veja-se o capítulo 25 do evangelho de "Mateus" e a sua apresentação do único critério de bem e mal que a encenação alegórica de um "juízo final" claramente dá a entender. À pergunta espantada que os humanos formularão:

> Mas, Senhor, quando é que Vos vimos com fome, ou com sede, ou preso, e não vos socorremos?

A resposta ouvida será esta:

> Cada vez que o não fizestes ao mais pequeno de entre vós,
> foi a Mim que o não fizestes.

Lembre-se o capítulo 4 de "Lucas" com a realização da profecia de Isaías (Is 61,) assumida por Jesus que se diz vindo ao mundo para "proclamar aos cativos a sua libertação" e para "reenviar os oprimidos em liberdade" (Lc 4, 16ss).

Ou ainda a "Primeira Carta de João", onde se diz: "quem não ama o seu próximo que vê como pode amar a Deus a quem não vê?" (Jo 1, 18; 1 Jo 4, 20ss).

E também algumas das Encíclicas mais recentes, ambas de João Paulo II: *Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus Annus.* Nesta Carta-Encíclica é afirmado o "princípio de solidariedade, […] em defesa do mais débil" (*CA*: 1991, II, 15).

É significativo que, poucos meses antes de morrer, na última das suas entrevistas, em 2004, ao ser interrogada sobre a sua posição como cristã, MLP resuma a sua acção nos gestos de preparação e já de pertença ao que *há-de vir*. São estas as suas últimas palavras públicas:

> Todos somos agidos. A fé é […] é estar presente às coisas. […] é ir até ao fundo da realidade que está diante de nós, com tudo o que isso significa de risco, é ir até ao fim […].
>
> Há uma imagem […] que roubei a um padre dominicano, um dos grandes formadores da minha geração, o Padre Congar, que diz: "Podem as pessoas pensar que isto é um grande acontecimento, mas nós somos uma igreja que está no limiar das coisas, as coisas ainda não estão prontas, ainda não são o que deviam ser".
>
> Por mim, tenho a noção de que, aquilo de que faço parte, é uma coisa que há-de vir, e esse "há-de vir" é para mim suficiente.
>
> (MLP, "Entrevista a Anabela Mota Ribeiro", 2004, "DN")

9. A vida da MLP manifesta em múltiplas faces a procura insistente de uma unidade entre a fidelidade à sua pertença cristã e a sua fidelidade à Igreja – mesmo se na Igreja depara com tantas incoerências relativamente à sua missão intrínseca e ao seu significado para o mundo.

Perante o andamento do Mundo, assumiu o exercício da responsabilidade máxima que pôde e soube e a sua entrada na vida política em sentido estrito possui de facto a mesma natureza que qualquer dos outros seus grandes envolvimentos: eclesial, científico, social ou cultural. Foi apenas mais um passo, e na mesma direcção.

O que é de estranhar é a sensibilidade a essa sua exigência e coerência num caminho de fé que sempre a guiou vir sobretudo de fora da Igreja. Sim, será de contextos não-cristãos – de outras religiões, agnósticos ou ateus – que lhe chegará a compreensão do seu percurso e da mensagem que por ele perpassa. Estes excertos de três textos publicados antes e depois da sua morte são disso prova. Um é de Adelino Gomes e foi escrito a propósito de uma das entrevistas que fez na rádio a MLP. Escreve o seguinte:

> Pela enésima vez eu puxava-a para o tema de Deus, numa tentativa algo pessoal, mas julgo que abençoada por muitos ouvintes também infelizes de incredulidade. [As suas palavras traziam sugestões que] nos abrem alamedas insuspeitadas, nos iluminam novos ângulos, nos desafiam a ir mais longe e mais alto nessa procura do que é, para lá do que está. Mais longe, mais alto, e sempre com os outros, os homens e as mulheres com quem partilhamos a terra e o tempo histórico.
>
> (AAVV, *Mulher das Cidades Futuras; Maria de Lourdes Pintasilgo*, 2002, 11-12)

Outros dois desses textos, também de autores não cristãos, foram escritos logo a seguir à sua morte.

O de Miguel Portas, publicado no "Diário de Notícias", intitulado "Jerusalém", revela a sua percepção de uma articulação fecunda que MLP fez na sua vida entre fé e política:

> A Maria de Lourdes chega à esquerda, suspeito eu, por causa da sua busca de Deus. E na esquerda fica porque o Deus que encontrou […] lhe disse para se comprometer com o sofrimento dos Homens [nesta] Terra"
>
> (PORTAS: "DN", 15.10.04).

O de Eduardo Prado Coelho destaca a sua fé e o seu modo de estar na política, modo este que é por Prado Coelho apercebido como decorrendo da busca de Deus. Chega até a considerar a posição de MLP como uma espécie de "exigência" a todos dirigida:

> MLP acreditava em Deus. Nela esta convicção tinha uma energia esplendorosa, porque atravessava o deserto de todas as dúvidas.
>
> […] nunca vacilava na derradeira certeza: Deus existe como o indizível que é, anterior a tudo o que se possa dizer. […].
>
> MLP acreditava na política.
>
> […] tinha a convicção inabalável de que existe um grupo de pessoas generosas, que são movidas pela ideia de tornar o mundo melhor. E que isso passa pelo cuidar do outro.
>
> […] Dizia-me por vezes que acreditar no possível não é nada que mereça registo – só vale a pena acreditar que o impossível é possível. Por isso ela continuará a exigir de nós próprios que sejamos capazes de ir tão longe (se possível) como ela foi – e para sempre continuará a ir.
>
> (COELHO: "Público" 13.10.04)

Entre muitas outras, estas vozes são reveladoras do testemunho cristão de MLP dentro e fora da política, sendo cada uma delas sensível à sua adesão a Cristo e deixando mesmo mover – ou *co—mover* – pelo

seu modo de pensar e de viver o compromisso político. Esse modo de conceber o compromisso cristão como uma presença activa no terreno do mundo e da História resulta sem dúvida – tal como Congar o sublinha – de uma intenção *outra* e da atribuição de um Sentido *outro* ao ofício da política. É que, na mesma linha de Yves Congar, MLP pensa a política à luz de um Horizonte último, onde a Humanidade adquire outras dimensões e que de cada pessoa exige uma constante solicitude.

Poderá nem sempre o ter conseguido. Ou não o ter cumprido como entendia ou desejava. Mas sem dúvida que o ponto de partida foi esse: com o Horizonte diante de si, com a Promessa sempre caminhando à sua frente, MLP procurou empurrar o tempo ao encontro da Cidade Futura – adaptando aqui os três versos de Carlos de Oliveira que tanto a inspiravam e que citava com frequência:

> I
> Cantar
> é empurrar o tempo ao encontro das cidades futuras
> fique embora mais breve a nossa vida.
>
> […]
>
> (OLIVEIRA, "Terra de Harmonia". In Obras de Carlos de Oliveira 1992, 130)

Maria de Lourdes Pintasilgo caminhou e combateu o bom combate como se de facto visse o Invisível, confiante nos gestos possíveis que preparam uma apocalipse, isto é, uma revelação final em que a Totalidade de tudo estará em Deus e será o próprio Deus.